PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PRODUTO B

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico
Consórcio Portal do Sertão

TANQUINHO – BA

PORTAL DO SERTÃO
CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cerb
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA

embasa

AGERSA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

AGERSA
Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia

PORTAL DO SERTÃO
CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DO SERTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TANQUINHO

PRODUTO B: PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

JANEIRO

2016

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA DOS SANTOS
Governador

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Vice - Governador

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO
Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

CARLOS MARTINS
Secretário de Desenvolvimento Urbano

ROGÉRIO CEDRAZ
Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa

MARCUS VINICIUS FERREIRA BULHÕES
Presidente da Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento – Cerb

ROGÉRIO DOS SANTOS COSTA
Diretor Geral da Agência Reguladora de Saneamento Básico

CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTAL DO SERTÃO

DERIVALDO PINTO CERQUEIRA
Presidente

DANIEL MOREIRA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretário Executivo

EQUIPE TÉCNICA - PRODUÇÃO

GEORGE DANTAS LEAL
Coordenador do Projeto

ROBERTO MOTA ARAÚJO SILVA
Engenheiro Sanitarista e Ambiental

YURI BATISTA DE OLIVEIRA
Jornalista

SIMONE SOUZA DOS SANTOS BARRÊTO
Assistente Social

KAYAN MASCARENHAS SILVA
Engenheiro Civil

MARIA BETÂNIA PEREIRA DOS SANTOS
Administradora

CAMILA BASTOS PAMPONET SUZART CRUZ
Advogada

ANA RITA DA COSTA OLIVEIRA
CAMILA MOREIRA DE JESUS
DALILA SANTOS JESUS
GABRIEL CARLOS DOS REIS BATISTA FIGUEIREDO
SOLANGE COSTA GUERRA
Técnicos de Mobilização Social

EQUIPE TÉCNICA - REVISÃO

LEANDRO SANTOS LEAL

Coordenador do Projeto

Engenheiro Sanitarista e Ambiental

IVANE MARCLEY NASCIMENTO SENA

CAMILA OLIVEIRA COSTA

DANILEILE CASTRO DO NASCIMENTO

VANESSA MARVINI SANTANA GUIMARÃES

THAMIRES OLIVEIRA DO BOMFIM

RENATA DE MIRANDA MEIRELLES COSTA E SILVA

Técnicos de Campo I

Engenheiras Sanitaristas e Ambientais

JULIANA BEZERRA NUNES

Técnico de Campo II

Engenheira Ambiental

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO

JORGE FLAMARION RAMOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

WALMIK CARLOS VILAS BOAS
Vice Prefeito

UEDSOM LUIZ LIMA DA SILVA
Secretário de Administração

CLEDINA DE AMORIM CERQUEIRA
Secretária de Assistência Social

DUSSIVALDO DE BRITO LIMA
Secretário de Educação e Cultura

CREMIVALDO SUZART MASCARENHAS
Secretário de Finanças

CARLOS ALVIM FREITAS
Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

RICARDO FREITAS GUIMARÃES
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

JOALICE DE SOUZA VIEIRA
Secretária de Saúde

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Representantes do Poder Público

RICARDO FREITAS GUIMARÃES

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

UEDSON LUIZ LIMA DA SILVA

Secretário de Administração

JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS

Câmara Municipal de Vereadores

Representantes dos Prestadores de Serviços

RAIMUNDO CARLOS OLIVEIRA

Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA

Representantes de Organização da Sociedade Civil

JERRY ADRIANY SILVA

Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Habitacional Vereador José Jailton

EDNA FERREIRA DOS SANTOS

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

JOSÉ LUIZ SANTOS REIS

Associação Social e Comunitária Monte Alternativas

APRESENTAÇÃO

O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão, uma autarquia de direito público, fundado em 20 de fevereiro de 2010, com base na Lei Federal n° 11.107, que conta com 14 municípios consorciados: Santo Estevão, Coração de Maria, Anguera, Água Fria, Antônio Cardoso, Irará, Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis, Conceição da Feira, Teodoro Sampaio, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e **Tanquinho**, apresenta o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TANQUINHO.

A elaboração do referido Plano está dividida em 11 Produtos de acordo com o Termo de Referência da FUNASA. Este relatório refere-se à execução do **Plano de Mobilização Social – Produto B**, em destaque abaixo:

Produto A – Formação do Grupo de Trabalho.

Produto B – Plano de Mobilização Social.

Produto C – Relatório do Diagnóstico Técnico-Participativo.

Produto D – Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico.

Produto E – Relatório dos Programas, Projetos e Ações.

Produto F – Plano de Execução.

Produto G – Minuta do Projeto de Lei.

Produto H – Relatório sobre os Indicadores de Desempenho.

Produto I – Sistema de Informações Municipais.

Produto J – Relatório Mensal Simplificado do Andamento das Atividades.

Produto K – Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Através do Convênio nº 001/2015, firmado com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), o Consórcio Portal do Sertão fez estudos de base e capacitações que propiciaram a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do Comitê de Coordenação 15

Figura 2: Localização do município de Tanquinho - BA 19

Figura 3: População Urbana e Rural do município de Tanquinho - BA 20

Figura 4: Taxa de crescimento anual por área selecionada 20

Figura 5: População residente no município por faixa etária (2000 e 2010) 21

Figura 6 : Mapa dos Setores de Mobilização 32

Figura 7: Peças gráficas para divulgação (Banner, Folder e Convite) 33

Figura 8: Modelo de Relatório para Oficinas 35

Figura 9: Modelo de Lista de Presença e Certificado 35

Figura 10: Fluxograma de etapas de elaboração do PMSB 37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Associações de Tanquinho 28

Quadro 2: Sindicatos do município de Tanquinho 29

Quadro 3: Conselhos Municipais de Tanquinho 29

Quadro 4: Escolas Municipais de Tanquinho 29

Quadro 5: Unidades de Saúde e Centros de Assistência de Tanquinho 30

Quadro 6: Distritos e Povoados de Tanquinho 31

Quadro 7: Programação da Oficina de Capacitação do Comitê de Coordenação 39

Quadro 8: Programação da Conferência de Lançamento do PMSB 40

Quadro 9: Programação da Oficina de Diagnóstico 42

Quadro 10: Programação da Oficina de Prognóstico e Construção de Cenários 44

Quadro 11: Programação da Roda de Conversa 45

Quadro 12: Programação da Audiência Pública 47

Quadro 13: Cronograma de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico 48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características geográficas do município Tanquinho - BA 19

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO 14

1.1 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO 14

2 INTRODUÇÃO 16

3 CONTEXTUALIZAÇÃO 18

3.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 18

3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS 18

3.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 19

4 JUSTIFICATIVA 22

4.1 BASES LEGAIS 23

5 OBJETIVOS 25

6 METODOLOGIA 26

6.1 ATORES SOCIAIS 27

6.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO 28

6.3 SETORES DE MOBILIZAÇÃO 30

6.4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO – ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO 33

6.5 REGISTROS DE MEMÓRIA 34

6.6 INSTRUMENTOS DE APOIO DIDÁTICO 36

7 FASES, ATIVIDADES E METAS 37

7.1 1ª ETAPA: CAPACITAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO 38

7.2 2ª ETAPA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO 39

7.3 3° ETAPA: REALIZAÇÃO DAS OFICINAS 41

7.3.1 PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS 42

7.4 ACOMPANHAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS COM CONSULTA PÚBLICA 45

7.4.1 CONSULTA PÚBLICA 46

7.4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA 47

7.5 CRONOGRAMA 48

8 REFERÊNCIAS 49

9 ANEXOS 51

1 IDENTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO: Tanquinho	**PREFEITO:** Jorge Flamarion Ramos de Souza **GENTÍLICO:** Tanquinhense **NÚMERO DE HABITANTES:** 8.553
U.F: BA	**TERRITÓRIO**: Portal do Sertão
QUANTIDADE DE SETORES: 03	**I** **DENTIFICAÇÃO DOS SETORES:** Sede, São Nicolau e Noventinha
EVENTOS MUNICIPAIS: 01 Capacitação do Comitê 01 Conferência Municipal 01 Roda de Conversa 01 Audiência Pública	**EVENTOS POR SETORES**: 06 Oficinas Setoriais

Fonte: O Autor, 2015.

1.1 Composição do Comitê de Coordenação

De acordo com o Termo de Referência da FUNASA, a presença de um Comitê de Coordenação composto por representantes do município é indispensável para o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, garantindo assim a titularidade do município no desenvolvimento das atividades. A participação dos representantes é fundamental no acompanhamento das etapas do Plano, assim como no auxílio à elaboração das mesmas e avaliação do processo como um todo.

O Comitê é formado por 03 (três) representantes do poder público, 03 (três) representantes da sociedade civil e 01 (um) representante do prestador de serviço de saneamento básico. A articulação entre representantes do poder executivo, legislativo e da sociedade civil, é indispensável no estabelecimento de diálogo com a comunidade. Dentro deste contexto o comitê de coordenação

do município de Tanquinho, instituído através de decreto é composto como apresentado na Figura 1.

Figura 1: Organograma do Comitê de Coordenação

Fonte: O Autor, 2015.

2 INTRODUÇÃO

O Plano de Mobilização Social (PMS) é um dos instrumentos para que o município possa elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e tem por objetivo fortalecer a operacionalização do Plano, através de ações que garantam o controle social com publicidade ampla e irrestrita de ferramentas utilizadas e resultados alcançados, priorizando informar a população sobre seus direitos e deveres em relação aos serviços de saneamento básico.

Para além de um instrumento técnico, o PMS busca favorecer um diálogo intenso e contínuo com a comunidade a fim de compreender as dinâmicas socioculturais e econômicas que regem as práticas locais. A partir das especificidades de cada território são elaboradas atividades para que o processo ocorra de forma transparente, participativa e democrática, assim como está previsto na Política Nacional de Saneamento Básico - Lei 11.445/2007.

As atividades constituem em si um espaço aberto para que a população participe ativamente do processo de desenvolvimento do PMSB, assim são realizadas diversas atividades como conferências, seminários, audiências públicas, oficinas e reuniões fortalecendo as relações sociais e debatendo sobre as necessidades e anseios da população. Em suma, o conhecimento técnico deve estar aliado com o conhecimento popular para a compreensão do cenário municipal, já que este ultrapassa os limites do conhecimento técnico sobre o território e se apresenta como uma fonte alternativa na busca de soluções em diversas localidades.

Não obstante do processo de planejamento, deve-se ter por parte das equipes técnicas o entendimento do aspecto político inerente ao PMSB, assim deve-se respeitar nos espaços de diálogo, constituídos através dos eventos e atividades, os debates entre as lideranças locais, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e demais membros da população.

Através da construção técnica, social e política de um Plano Municipal de Saneamento Básico evidencia-se que não se pode, somente, atender as

necessidades operacionais dos quatro eixos do saneamento básico, mas, também, é necessário assegurar o exercício da cidadania ao fornecer ferramentas para que a comunidade tenha acesso as informações indispensáveis para exigir seus direitos e cumprir os deveres para a implementação dos serviços.

Então, entende-se que o Plano de Mobilização Social é, dentro da elaboração de planos de saneamento básico, o primeiro passo concreto para a promoção do controle social. Consiste deste modo em um pacto social que estabelece um ambiente com estruturação da viabilidade política e consolidação da gestão municipal de saneamento básico.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Histórico do Município

Há cerca de um século e meio, tropeiros que comercializavam gêneros alimentícios entre Jacobina e Cachoeira, tinha a rotina de fazer uma parada para descansar à margem de uma nascente conhecida como Tanquinho do Gonzaga, a qual distanciava 2 Km da atual sede do município (IBGE, 2015).

Em um período de seca que castigou a região, o Tanquinho do Gonzaga secou e os tropeiros tiveram que mudar a rota que era feita por trás do monte, passando a ser feito pela frente do mesmo onde descobriram uma nova nascente que denominaram apenas de Tanquinho. Este local passou a ser o novo ponto de encontro e descanso dos mesmos, que com o passar do tempo foi-se povoando e por volta de 1870, já contava com cerca de 15 casas (IBGE, 2015).

Com a criação da freguesia pela resolução provincial de 28 de julho de 1870, o povoado começou a se desenvolver passando depois a distrito de Feira de Santana, do qual se desmembrou, tornando-se município de Tanquinho pela Lei nº 1019 de 14 de agosto de 1958, indo-se instalar a 07 de abril de 1959. Tanquinho vive hoje do comércio varejista, indústria e na zona rural desenvolve artesanatos com fibras de palmeira (IBGE, 2015).

3.2 Aspectos Geográficos

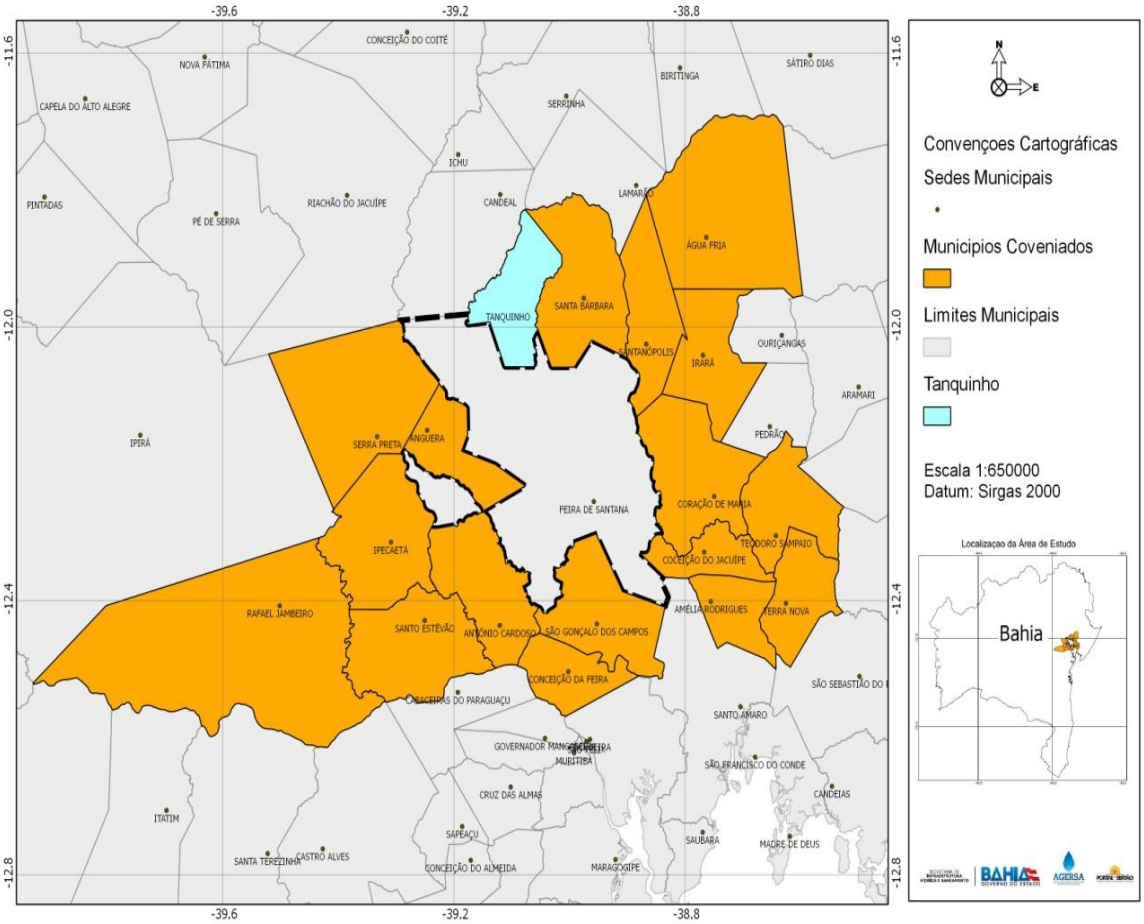
“O município possui uma área de 219,9 km² e está localizado nas coordenadas geográficas - 11°58’43” de latitude (Sul) e 39°06’14’’ de longitude (Oeste), a 121 km de distância da capital do Estado, Salvador. Faz fronteira com os municípios de Candeal, Feira de Santana e Santa Bárbara (SEI, 2013). Maiores informações na Tabela 1 e a Figura 2 mostra a extensão territorial do município de Tanquinho.

Tabela 1: Características geográficas do município Tanquinho - BA

Área (Km²)	Coordenadas Geográficas		Altitude (m)	Distancia da Capital (Km)
	Latitude Sul	Longitude Oeste		
219,9	-11°58'43"	39°06'14"	248	152

Fonte: SEI, 2013.

Figura 2: Localização do município de Tanquinho - BA

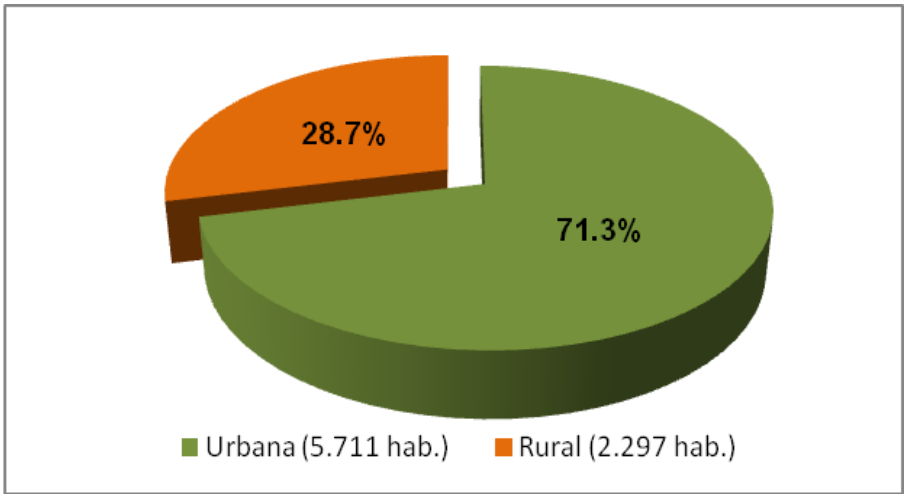


Fonte: O Autor, 2015.

3.3 Aspectos Demográficos

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE a população total do município de Tanquinho era de 8.008 habitantes com uma densidade demográfica de 36,43 hab/km². Dessa população 71,3% está concentrada na zona urbana e 28,7% na zona rural, como é explicitado na Figura 3. Do total, 3.976 são homens e 4.032 são mulheres (IBGE, 2015).

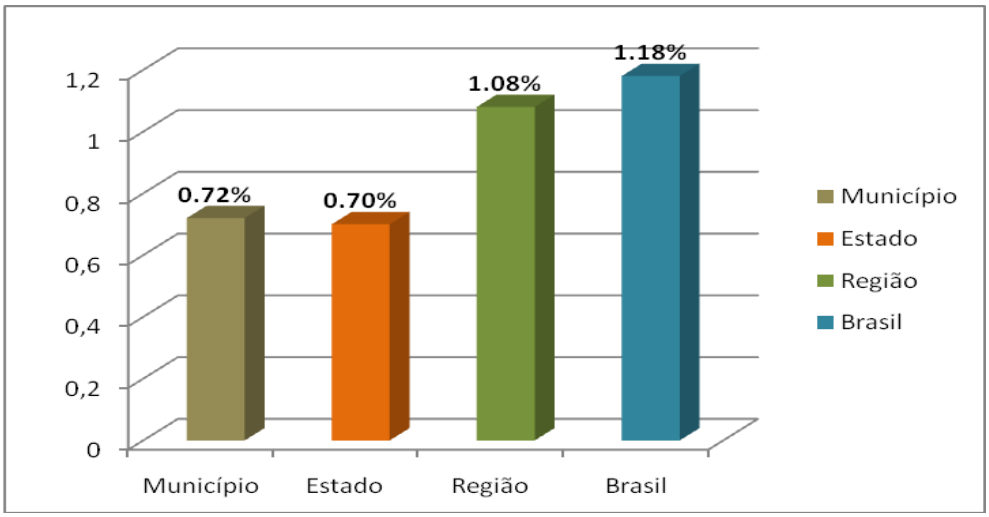
Figura 3: População Urbana e Rural do município de Tanquinho - BA



Fonte: IBGE, 2015.

Entre os Censos Demográficos de 2000 a 2010, a população do município de Tanquinho ampliou, apresentando taxa de 0,72% ao ano, passando de 7.454 para 8.008 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,70% ao ano, e inferior ao registrado na Região Nordeste e no Brasil, com 1,08% e 1,18%, respectivamente. Vide Figura 4.

Figura 4: Taxa de crescimento anual por área selecionada

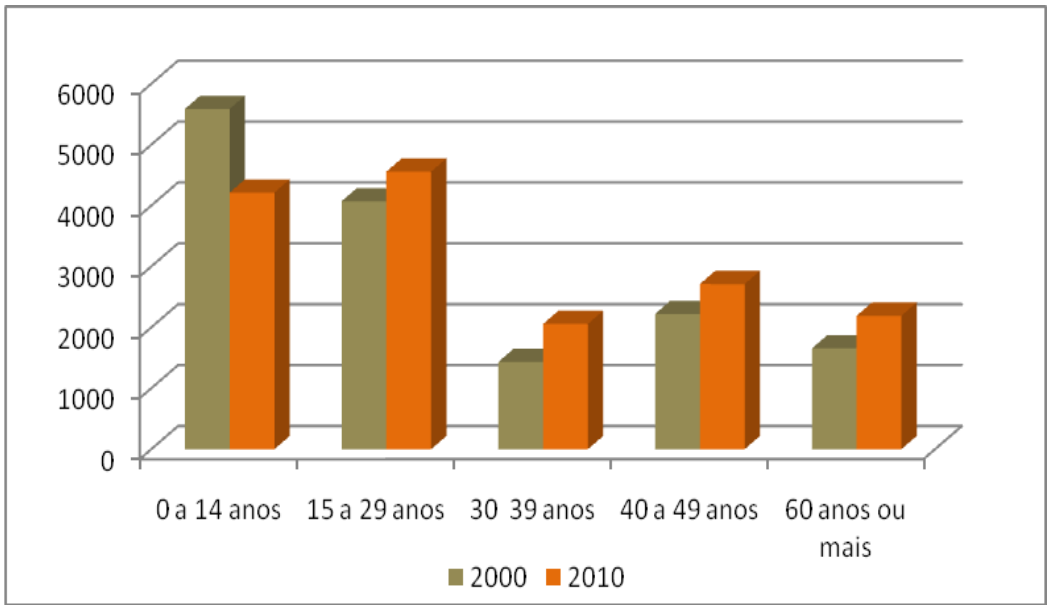


Fonte: MDS, 2015.

O município também apresentou mudanças na estrutura demográfica. No período entre 2000 e 2010 houve um aumento da população idosa, em termos anuais, cresceu 2,5% em média. Em 2000, este grupo representava 11,2% da população, já em 2010 detinha 13,4% do total da população municipal (MDS, 2015).

A faixa etária de 0 a 14 anos registrou um crescimento negativo entre 2000 e 2010. Crianças e jovens detinham uma população de 2.112 habitantes em 2000, passando para 1.965 habitantes em 2010. Na Figura 5 estão detalhadas as informações referentes à variação da população por faixa etária.

Figura 5: População residente no município por faixa etária (2000 e 2010)



Fonte: MDS, 2015.

4 JUSTIFICATIVA

A participação popular e o controle social representam requisitos legais e políticos fundamentais para o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. No contexto da construção do PMSB, deverá ser consolidado através da dinâmica intensa da mobilização e da informação, para promover e assegurar a participação social, nas etapas do diagnóstico, prognóstico, e na efetivação da consulta e audiência pública que finalizará a preparação.

Durante esta construção, devem-se considerar todos os métodos que atendam ao controle social, para além das bases legais, antevendo, o processo histórico do país e as mudanças na relação entre Sociedade e Estado. De acordo com, Filho (2013), há um entendimento que numa direção distinta do que sempre predominou em nossa história política, vêm surgindo novas atribuições e expectativas para os diversos segmentos e agentes sociais, no que se refere à lógica de convivência e de gestão dos espaços públicos, numa clara tendência à descentralização e perspectivas de democratização da gestão pública.

É necessário partir de uma realidade conflituosa, resultante de um processo de colonização alicerçada na subtração das riquezas naturais, dizimando os nativos, escravizando povos e fomentando instituições voltadas para a execução de políticas públicas com base no privilégio de determinados segmentos e corporações, em detrimento das ações de caráter coletivo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos reconhece que, apesar dos avanços significativos, ainda “predomina um contexto de desigualdades e subordinação no Brasil que aponta urgência para a necessidade do compromisso compartilhado e a participação social na construção e monitoramento das políticas públicas”. Assim, as legislações recentes são elaboradas de modo a garantir o princípio da prioridade no quesito participação social, por que se caracteriza como uma oportunidade de formação de lideranças e representações, buscando o fortalecimento das instituições a partir do poder de atuação do povo, isto se dá através da capacitação técnica para a tomada de decisão e o exercício do controle social; como uma forma de elaboração e disseminação das políticas públicas.

Ainda assim, é necessário que o Estado, através do poder público municipal, tenha participação direta no processo de construção de ferramentas de planejamento, com o papel de assessorar e mobilizar a comunidade para participar. Por não se tratar de um processo fácil, requer dessa administração mudanças de atitudes e uma gestão baseada numa visão inovadora, transparente e acessível.

O Plano de Mobilização Social funciona, então, como uma ferramenta que possibilita o acompanhamento, na execução dos planos de saneamento, pela população em geral, onde se tem acesso a informações sobre objetivos, metas, atividades e prazos, de modo que pode ser acatadas sugestões e adequações a partir da realidade local em busca da construção de um plano mais adequado aos anseios da população.

4.1 Bases Legais

A Constituição de 1988 consolidou a participação social como mecanismo de articulação da sociedade civil organizada, institucionalizados como espaços de exercício de cidadania cujos conselhos e representações podem normatizar, definir, deliberar e fiscalizar políticas públicas. O documento do Plano Nacional de Direitos Humanos, em sua 3ª edição – PNDH-3 propõe “a integração e o aprimoramento dos fóruns de participação existentes, bem como a criação de novos espaços e mecanismos institucionais de interação e acompanhamento das políticas públicas.

Também é apontada a necessidade de que tais diretrizes sejam traduzidas na concretização de “experiências individuais e coletivas que atuem na formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso de formar pessoas capazes de construir novos valores, reconhecendo as diferenças como elementos de construção da justiça”.

No que se refere a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07, art.3º, inciso IV), o controle social está situado entre os doze princípios fundamentais que sustentam as diretrizes nacionais para a prestação de

serviços públicos de Saneamento Básico. Enquanto princípio de política pública, a legislação em vigor assume o controle social como um conjunto de mecanismos e procedimentos que buscam garantir à sociedade o direito à informação e à participação em processos decisórios de formulação de políticas, acompanhamento e avaliação da prestação dos serviços públicos.

O controle social mencionado no artigo 3º da Política Nacional também é ratificado na Política Estadual de Saneamento Básico Lei nº 11.172/2008, que reitera a exigência da publicidade ampla e irrestrita de informações que compõem o PMSB. Para tanto, visando garantir a efetiva participação social e democrática, se faz necessária a realização de consultas públicas, audiências, conferências, reuniões do comitê, veiculação das informações nos meios de comunicação para total transparência acerca da elaboração do plano, inclusive dos custos envolvidos.

Segundo, Brasil (2004), a Agenda 21, também traz conceitos fundamentais importantes para consolidação da participação social nos processos de planejamento, de modo que se adequa a realidade da elaboração do PMSB, segundo este documento os processos de planejamento, orientados para a sustentabilidade, requerem um grau elevado de participação da sociedade, o qual se aplica especialmente ao planejamento dos sistemas de saneamento. Assim, identifica-se uma coerência legal com as políticas nacionais e estaduais de Saneamento Básico, exigindo que o processo de construção do modelo de gestão dos serviços de Saneamento Básico no município deve ser desenvolvido assegurando a ampla participação social em todas as suas etapas.

O aspecto da educação ambiental é fundamental para o processo de empoderamento da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, regulamentada pelo decreto n° 4.281 de 2002, defende a presença da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de educação, de forma permanente e continuada. Ou seja, através das atividades de oficinas, rodas de conversa e conferências, deve buscar sensibilizar a comunidade, dentre um processo de educação ambiental continuado, para implementação durante e após a elaboração do PMSB. Dever este, que segundo o PNEA, não é apenas

dos órgãos públicos de ensino, mas também das demais instituições sociais públicas e privadas, veículos de comunicação e demais membros da sociedade.

5 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Desenvolver mecanismos que sensibilizem e permita a integração poder público e sociedade civil, acerca do processo de elaboração do plano de forma participativa e democrática.

Objetivos Específicos

- Identificar lideranças e segmentos sociais para formação do Comitê de Coordenação do PMSB;
- Buscar dados objetivos sobre a realidade local das condições de saneamento básico e saúde do município;
- Identificar práticas culturais, sociais e econômicas de saneamento básico da população local;
- Realizar rodas de conversas, audiências públicas, reuniões e oficinas para garantir o controle social no processo de construção social do plano;
- Empoderar os demandatários através de informações, reflexões e diálogos contínuos sobre direitos, deveres e serviços de saneamento básico;

Fonte: O Autor, 2015.

6 METODOLOGIA

Para a execução das ações previstas, parte-se do pressuposto do planejamento participativo. Este será pautado e definido pelos objetivos, metas e cronogramas. Dessa forma, será necessário levar em consideração as especificidades do município, a troca de experiências e a construção de estratégias técnicas para que o exercício da cidadania seja garantido. Não somente como método de orientação e informação, mas para contribuir com a formação de um espaço de expressão democrática, onde a população possa reconhecer suas necessidades e identifique novas possibilidades de cenários viáveis.

De acordo com o *Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (2009),* os atores sociais locais são determinantes na busca de informações específicas:

> É fundamental conhecer a fundo a realidade local, suas peculiaridades, carências e experiências de êxito, para então planejar e implementar ações que busquem minimizar ou corrigir os problemas encontrados. Não há sentido ou possibilidade de realizar um plano de ações para um lugar ou território quando não conhecemos a sua realidade, seus problemas e potencialidades (Caderno Metodológico, 2009,p.30)

Deste modo o documento final fundamentará os objetivos do município atendendo às necessidades das atuais e futuras gerações no que diz respeito aos serviços, à infraestrutura e às instalações operacionais de Saneamento Básico.

A participação da comunidade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado num período de 8 meses, com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 04 (quatro) anos. Os atores sociais de cada localidade são determinantes nesta construção relatando necessidades; produzindo conhecimento e orientando futuras gerações.

Estas atividades se resumem em: Apresentação do projeto, oficina de capacitação, conferência municipal, oficinas de diagnóstico e prognóstico, reunião ampliada e/ou roda de conversa, consulta pública e audiência pública,

distribuição de folders informativos, convites para as ações, certificados, pastas, confecção de banners, dinâmicas, participação/divulgação nos eventos locais e reuniões do Comitê de Coordenação, registros fotográficos, elaboração de relatórios e de listas de presença.

6.1 Atores Sociais

É indispensável garantir a participação de diversos agentes públicos, sociedade civil organizada e a população em geral. Partindo do que determina o Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA faz-se necessário a "[...] identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos, a serem envolvidos neste processo de mobilização social e na implantação do plano". (FUNASA, 2013). Para o Plano Diretor participativo, a Resolução 25 do Conselho das Cidades considera sobre a participação popular um instrumento de gestão no processo de elaboração, implementação e execução, de modo similar pode-se relacionar com os Planos Municipais de Saneamento. Neste sentido, a participação efetiva desses atores no plano busca o empoderamento dos envolvidos e o fortalecimento do controle social, para a consecução do plano.

As associações, sindicatos, cooperativas e lideranças comunitárias desempenham um papel importante em todas as áreas de qualquer sociedade civil, contribuindo para impulsionar a gestão e direcionar políticas públicas necessárias que promovem justiça social e garantia de direitos constituídos. Por esta razão, representam um instrumento indispensável na articulação, formulação, planejamento, avaliação e execução dos serviços de um plano. Como também, a participação e envolvimento dos segmentos institucionais das áreas de saúde, educação, assistência social são fundamentais para assegurar a intersetorialidade das informações nos diversos organismos e a compatibilidade entre as informações das diversas políticas publicas. Por isso, foi realizado um levantamento detalhado para identificar locais estratégicos para a realização das atividades, bem como atores sociais que poderão colaborar com a mobilização em cada localidade.

6.2 Local de Realização

Como possíveis locais para a realização das atividades no município, destacam-se as associações, sindicatos, escolas, centros de saúde e de assistência social, estruturas conhecidas pela população em geral e que possuem uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. Os Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3 apresentam a relação de associações, sindicato e conselhos de Tanquinho, respectivamente.

Quadro 1: Associações de Tanquinho

Nº	NOME DA ASSOCIAÇÃO
01	Associação Social e Comunitária Monte Alternativas
02	Associação Comunitária Rural do Tomba
03	Associação dos Trabalhadores Rurais da Penha
04	Associação Comunitária Rural de Boa Vista e Adjacências
05	Associação Comunitária Rural da Fazenda Serrote
06	Associação Agropecuária de Tanquinho
07	Associação Comunitária Rural da Jurema
08	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Amargoso
09	Associação Comunitária Rural de Alto Bonito e Adjacência
10	Associação Comunitária Rural do Noventa
11	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Peixe de Cima
12	Associação Comunitária Rural de Crispinopolis
13	Associação Comunitária Rural de Queimada Nova
14	Associação Comunitária Rural de São Nicolau
15	Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Morro Vermelho
16	Associação Comunitária Rural de Sitio Caldeirão das Pedras
17	Associação Comunitária Rural dos Moradores de Tigre
18	Associação Comunitária Rural de Caiçara
19	Associação de Mães do Município de Tanquinho
20	Associação dos Moradores do Conj. Habitacional José Jailton
21	Associação de Moradores da Avenida Sirilino Barbosa

Fonte: O Autor, 2015.

Quadro 2: Sindicatos do município de Tanquinho

Nº	SINDICATO
01	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tanquinho

Fonte: O Autor, 2015.

Quadro 3: Conselhos Municipais de Tanquinho

Nº	CONSELHOS
01	Conselho Municipal De Alimentação Escola
02	Conselho Municipal Do FUNDEB
03	Conselho Municipal De Assistência Social
04	Conselho Municipal De Desenvolvimento Rural Sustentável
05	Conselho Municipal De Meio Ambiente
06	Conselho Municipal De Saúde

Fonte: O Autor, 2015.

Como estratégia de mobilização e organização o levantamento das escolas municipais e estaduais permitiu analisar possíveis estruturas para realização dos eventos, segue lista no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4: Escolas Municipais de Tanquinho

Nº	ESCOLA	DIRETOR (A)
01	Escola Monsenhor Trabuco	Angelita da Silva Vieira
02	Escola Profª Áurea Cordeiro	Rose Ângela Souza dos Santos
03	Escola Dr. Wilson Falcão	Adriana Marques Oliveira
04	Escola Crispim Aniceto	Adelmacy Moreira do Carmo
05	Escola Josaphat dos Reis Lima	Adelmacy Moreira do Carmo
06	Escola Felipe Santana Lima	Adelmacy Moreira do Carmo
07	Escola Alvino Pereira	Adelmacy Moreira do Carmo
08	Centro Proinfancia Jovino Tavares	Josenice Jesus Santos

Fonte: O Autor, 2015.

O município de Tanquinho trabalha com as seguintes modalidades de ensino: Ensino Médio Regular e os Programas de educação PACTO, PNAIC e EJA**.** O município conta com o Colégio Estadual Novis Filho localizado no centro da cidade, com a modalidade fundamental II e ensino médio.

O envolvimento de outras instituições no processo de mobilização social é de suma importância, tais como as secretarias e autarquias municipais, elas são responsáveis por políticas públicas de desenvolvimento urbano, como habitação, saúde, educação, assistência social, meio ambiente e recursos

hídricos, onde permitem assegurar a compatibilidade das informações entre os seus objetivos, metas, programas e ações do PMSB. Vide Quadro 5.

Quadro 5: Unidades de Saúde e Centros de Assistência de Tanquinho

Nº	USFs, CRAS e CREAS
01	Centro De Saúde/Unidade Básica De Saúde
02	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado
03	Hospital Geral João Campos

Fonte: O Autor, 2015.

O município de Tanquinho possui três unidades básicas de saúde, sendo dois na sede o Posto de Saúde Olindina Silva e o Posto de Saúde Adelino Dorea, na zona rural possui um Posto de Saúde no Povoado de Noventinha, além disso, o município conta com o Hospital Municipal João Campos.

Os agentes de saúde, como parte integrante das estruturas de saúde do município e por possuir amplo conhecimento nas suas respectivas áreas de cobertura, também serão utilizados como importantes agentes de mobilização e divulgação da elaboração do plano, haja vista que além de possuírem um relacionamento próximo e diário com a população, são pessoas que atuam na área do conhecimento que se relaciona diretamente com saneamento.

6.3 Setores de Mobilização

Para facilitar o processo de mobilização e concentrar esforços nas localidades de acordo com suas especificidades foi realizada uma divisão por setores de mobilização, esta se deu pela proximidade geográfica das comunidades (sede/povoado/distritos).

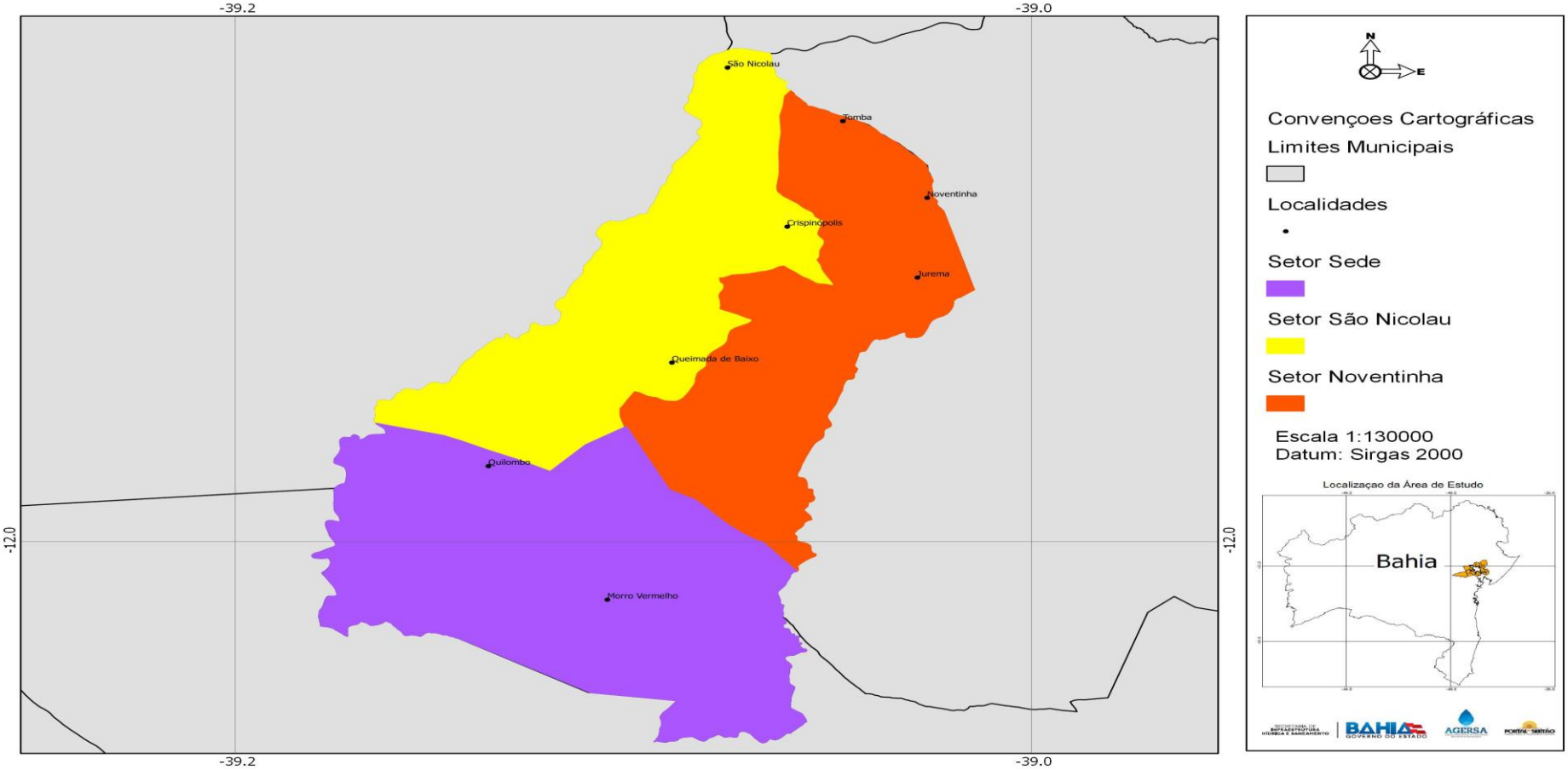
Assim, será possível abranger pontos estratégicos do município para a realização das 06 oficinas. Os setores de mobilização irão receber etapas diferentes da execução do projeto, no entanto, a sede receberá todas as etapas incluindo a Conferência. Conforme o Quadro 6, o município de Tanquinho foi dividido em 03 (três) setores de mobilização, sendo também ilustrado no mapa de setores, na Figura 6.

Quadro 6: Distritos e Povoados de Tanquinho

Setores de Mobilização	Distritos e Povoados	Distância (Km)
Sede	Morro Vermelho	6
	Quilombo	12
São Nicolau	Queimada de Baixo	-
	Crispinópolis	13
	São Nicolau	19
Noventinha	Jurema	21
	Noventinha	18
	Tomba	21

Fonte: O Autor, 2015.

Figura 6 : Mapa dos Setores de Mobilização



Fonte: O Autor, 2015.

6.4 Meios de Comunicação – Estratégias de Divulgação

Serão utilizados diversos métodos de articulação (mobilização) que promovam a participação social e alcance a maior quantidade de habitantes do município na zona urbana e rural, possibilitando ainda, o conhecimento de seus direitos, deveres e a importância da construção de um projeto preciso para o futuro. No total, serão realizadas 06 (seis) oficinas, além das reuniões mensais com o comitê, visitas de campo, conferência municipal, consulta pública e audiência. Para a realização dos eventos, a equipe de mobilização contará com o apoio dos agentes públicos para à divulgação das atividades.

Esses encontros serão determinantes para garantir a participação dos munícipes, além de se configurar como mais uma ferramenta para obtenção de dados do município. Na divulgação dos eventos serão utilizados banners, folders, cartazes, convites para serem colados e/ou distribuídos antes e durante os eventos. Além disso, os eventos serão noticiados em sites, redes sociais e demais estruturas do Consórcio Portal do Sertão e do município. Segue, na Figura 7 abaixo as peças gráficas elaboradas para a divulgação das atividades do PMSB (em Anexo as peças encontram-se em tamanho ampliado).

Figura 7: Peças gráficas para divulgação (Banner, Folder e Convite)

Fonte: O Autor, 2015.

Será fundamental ainda, a parceria com os outros veículos de comunicação locais, principalmente, aqueles de alcance nas comunidades mais longínquas da sede do município, para tanto serão utilizados para divulgação as gazetas, os jornais, carros de som e rádios comunitárias. A mobilização deverá ser realizada pelos técnicos de mobilização com o apoio de representantes do comitê, assim será possível identificar as lideranças comunitárias, religiosas, sindicais, ambientalistas entre outras e ampliar o alcance das informações.

Para potencializar a comunicação interna entre a equipe técnica e o Comitê de Coordenação será criado um grupo no aplicativo *whatsapp*, pois este tem se mostrado como uma ferramenta que possibilita uma comunicação ágil e eficiente entre as partes envolvidas, assim como serão utilizadas listas de contatos com endereço, telefone e email's. Essas estratégias buscam dinamizar e socializar as ações previstas para a construção do PMSB.

Os espaços de eventos populares são também momentos que possibilitam ações de divulgação do PMSB, deste modo, a equipe técnica deverá estar atenta a rotina e as peculiaridades dos munícipes, identificando eventos culturais, sociais e políticos que podem ser contemplados no calendário da mobilização para a divulgação das atividades.

6.5 Registros de Memória

Todas as atividades para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, tais como visitas de campo, participação em eventos, distribuição de convites/folders, encontros com representantes públicos e entre outros devem ser registradas através de fotografias, lista de presença (quando pertinente) e gerar relatórios, visível na Figura 8. É também recomendado ao Coordenador do Comitê que assim proceda nas reuniões de avaliação.

A conferência e as oficinas, devem ainda produzir relatórios detalhados que contenham o andamento e a metodologia dessas atividades (listas de presenças, registro fotográfico). Como estratégia de atração para participação da conferência, principalmente das parcelas mais jovens da sociedade como os estudantes, foi conferido aos participantes um certificado com carga horária de 04(quatro) horas, cujo modelo é apresentado na Figura 9.

Figura 8: Modelo de Relatório para Oficinas

PORTAL SERTÃO

RELATÓRIO
OFICINA DE DIAGNÓSTICO DO PMSB

Data:	Horário:	Local:
Nº de Participantes:	Técnico de Campo:	Técnica de Mobilização Social:
Descrição das atividades:		
Dinâmica/Divisão da equipe:		
Apresentação dos trabalhos:		
ANEXOS I (Fotos)		
ANEXO II (Lista de Presença)		

Fonte: O Autor, 2015.

Figura 9: Modelo de Lista de Presença e Certificado

LISTA DE PRESENÇA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

PORTAL SERTÃO	Evento:	Técnico de Campo (*):	Atesto para os devidos fins a veracidade desta lista de presença.
	Município:	Técnico(*) de Mobilização:	
	Local:	Técnico de Comunicação:	Ass. da Coordenação Técnica:
	Data: / / Horário:	Técnico de Administração:	

NOME	LOCALIDADE	TELEFONE	PROFISSÃO

Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico

Certificado

Certificamos que o Sr(a):_____, participou da **Conferência Municipal de Saneamento Básico** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com carga horária de 4 horas.

Data:_____de_____ ____de__ _____.

Derivaldo Pinto Cerqueira Daniel Moreira de Oliveira Souza

Fonte: O Autor, 2015.

6.6 Instrumentos de Apoio Didático

Os instrumentos utilizados para realização das atividades devem ter caráter informativo, respeitando a pluraridade social, educacional, econômica, etinica/racial, religiosa e cultural dos participantes. Para a conferência e oficinas serão utilizados recursos visuais, textuais e lúdicos, com o máximo de clareza na execução. A utilização de vídeos, apresentação de slides e figuras são indispensáveis para que a informação seja transmitida com eficiência.

Na conferência, será apresentado o vídeo desenvolvido pela CONEN Infraestrutura Urbana, intitulado “Os quatro eixos do saneamento: água, esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos” em que traz de maneira didática noções básicas de saneamento, que se caracteriza como importante ferramenta para formação de opinião.

As dinâmicas propostas para as oficinas também devem atender aos mesmos critérios, porém, como estas possuem uma dinâmica própria de produção de resultados, as atividades realizadas devem ser mais dinâmicas e os recursos devem permitir um trabalho próximo do lúdico e da facilidade de entendimento, ou seja, serão utilizados materiais como jornais, papel metro, gravuras, revistas, pinceis e entre outros buscando horinzontalizar a participação e ampliar o diálogo entre as partes independente da classe social ou qualquer aspecto da comunidade.

7 FASES, ATIVIDADES E METAS

As etapas que compõem o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico serão desenvolvidas em um período de 08 meses. A participação da população em todas as fases é necessária para que o plano corresponda às necessidades e anseios do município, levando em consideração suas especificidades, já que o documento deve ser elaborado para um horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 04 (quatro) anos.

A Figura 10 apresenta o fluxograma das atividades previstas, para dar início às ações no município, é necessária uma visita para identificar os potenciais representantes do Comitê de Coordenação, que devem ser pessoas dispostas a facilitar o diálogo com a população para o desenvolvimento das posteriores etapas de elaboração do PMSB.

Figura 10: Fluxograma de etapas de elaboração do PMSB

Fonte: O Autor, 2015.

7.11ª Etapa: Capacitação do Comitê de Coordenação

A etapa inicial faz referência ao processo de formação do comitê através de indicação e, também, da identificação de lideranças municipais por parte da equipe técnica. Após o comitê formado é realizada a Oficina de Capacitação em que é transmitida as responsabilidades que devem ser assumidas pelo referido grupo.

Os representantes do Comitê serão os responsáveis por fazer a mobilização no município, sensibilizando a população sobre a necessidade da participação efetiva na construção do PMSB, e na coleta dos dados a partir da perspectiva da população, assim como no acompanhamento do fornecimento dos dados técnicos.

Na oficina de capacitação os representantes do Comitê conhecerão a estrutura do Plano e como poderão colaborar no fornecimento de informações. Este momento será importante ainda para que os membros do comitê possam, juntamente com a equipe técnica, opinar e contribuir sobre o processo de construção do plano. Com base no TR da Funasa o Comitê de Coordenação tem as seguintes atribuições:

1. Identificar as demandas locais referentes aos serviços de saneamento básico;
2. Promover em todo o município a divulgação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
3. Convocar a população da sede, distritos e povoados para a participação nas Oficinas, Audiências Públicas, Conferência Municipal e demais eventos relacionados ao Plano Municipal de Saneamento Básico;
4. Diligenciar e acompanhar as atividades locais a cargo do Município;
5. Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, podendo-se reunir independente da equipe técnica executora, quando julgar necessário;

6. Discutir e avaliar o trabalho produzido pela equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos do Plano Municipal de Saneamento Básico;
7. Realizar reuniões mensais e produzir atas, listas de presenças e imagens dos encontros para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A realização da referida oficina ocorrerá a partir da apresentação dos temas de interesse utilizando-se de recursos áudio visuais como data show, vídeos e fotografias, a atividade tem duração prevista de 03 horas. O Quadro 7 apresenta a programação destas oficinas.

Quadro 7: Programação da Oficina de Capacitação do Comitê de Coordenação

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
09:00	Abertura com apresentação do Consórcio Público Portal do Sertão e equipe (técnicos e Comitê de Coordenação) responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.
09:30	Noções básicas de Saneamento Básico e estrutura do PMSB
10:30	Apresentação do Plano de Mobilização Social
11:30	Agendamento das próximas atividades
12:00	Encerramento

Fonte: O Autor, 2015.

7.22ª Etapa Conferência de Lançamento

A Conferência Municipal é o primeiro evento para intermediar a relação entre os técnicos de campo, o Comitê de Coordenação e a população. Sua importância está no lançamento do projeto para toda sociedade já contemplando o critério de controle social. Será um momento de aprimoramento e diálogo para que as propostas sejam incluídas no processo de elaboração do PMSB, ou seja, este é o primeiro espaço de debate com a população sobre a elaboração do plano e a identificação sobre as condições de saneamento no município, caracterizando-o como momento importante para delinear as principais estratégias de ações para identificar situações críticas dos serviços de saneamento prestado.

Como estratégia de ação, e também para provocar sentimento de pertença durante a execução do projeto, por parte comitê, serão sugeridos quatro temas para que estes possam escolher o mais apropriado para a discussão no município, bem como o palestrante responsável para facilitar os trabalhos, os temas sugeridos são:

1. Saneamento Básico e Saúde;
2. Resíduos Sólidos e os seus impactos no ambiente urbano;
3. Educação ambiental e controle social no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
4. Prestação adequado do serviço de Abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A estratégia utilizada para sensibilizar a população a participar deste evento será a utilização dos diversos veículos de comunicação locais, como carros de som, rádios, sites e redes sociais. Além disso, serão fixados cartazes em pontos estratégicos, como escolas, postos de saúde, centro de referência de assistência social e demais órgãos públicos, privados e distribuídos folders na sede, distritos e/ou povoados.

Na realização da Conferência será assinado pelo prefeito municipal o decreto instituindo o comitê de coordenação, sendo a partir deste momento um grupo formal para acompanhamento da elaboração do PMSB. O tempo estimado para a realização do evento é de 03 horas e a sequência da atividade é descrita no Quadro 8.

Quadro 8: Programação da Conferência de Lançamento do PMSB

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
08:30	Credenciamento
09:00	Mesa de abertura com as autoridades
10:00	Vídeo de Saneamento Básico
10:10	Coffee Break
10:30	Palestra de tema relacionado ao Saneamento Básico
11:30	Entrega de certificados

Fonte: O Autor, 2015.

7.3 3° Etapa: Realização das Oficinas

O papel principal das oficinas é envolver a população na elaboração do PMSB de forma conjunta e participativa, através de métodos motivadores que contribuam com a identificação dos dados do município. Além da oficina de capacitação, serão realizadas outras 06 (seis) oficinas, distribuídas com base na divisão por setores de mobilização, buscando atender o máximo de indivíduos na zona rural e urbana.

Nestas oficinas serão realizadas dinâmicas com as comunidades para que o conhecimento acerca dos serviços de saneamento básico seja facilitado e construído coletivamente. Serão apresentados dois temas nas 06 (seis) oficinas, são eles:

1. Oficina de Diagnóstico de Saneamento Municipal;
2. Oficina do Prognóstico e Construção dos Cenários;

Por cada tema, serão realizadas três oficinas, uma para cada setor de mobilização. Ao fim de cada oficina deve ser elaborado um relatório com a descrição das atividades realizadas e das informações colhidas, fotos e lista de presença.

As oficinas serão mediadas pela equipe técnica de apoio (engenheiro e mobilizador). Cabe ao Comitê de Coordenação auxiliar na articulação com a população para garantir a ampla participação social.

A divulgação deve ser feita explorando todos os meios de comunicação disponíveis no município, levando em consideração que os distritos e/ou povoados também devem ser alcançados. Para isso é necessário que os membros do Comitê de Coordenação estejam articulados com as demais lideranças locais para que possam contribuir com a multiplicação das informações.

Os agentes públicos, de saúde, de endemias, lideranças comunitárias e demais pessoas que estejam em contato freqüente com a população, assim como representantes de classes, serão indispensáveis nesse processo, pois divididos

pelas suas micro-áreas poderão estender as informações para um maior número de pessoas.

7.3.1 Programação das Oficinas

7.3.1.1 Oficina de Diagnóstico

As oficinas de diagnóstico do saneamento básico municipal são desenvolvidas para a coleta de dados e informações acerca da situação atual da prestação dos serviços de saneamento no município. Para dar encaminhamento às discussões, algumas informações serão tratadas na oficina de acordo com o levantamento técnico dos sistemas pelo engenheiro da equipe de apoio.

Os dados coletados devem ser apresentados após a realização da dinâmica e dos debates, porque desta forma evita-se que o público participante seja influenciado pelas informações apresentadas a priori, ou seja, deve-se buscar a participação de forma livre para que a equipe técnica capte os relatos e construa os relatórios a partir da real percepção da comunidade sobre o tema. A previsão de duração da Oficina de Diagnóstico é de 02 horas e meia, como segue o Quadro 9 abaixo.

Quadro 9: Programação da Oficina de Diagnóstico

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
09:30	Apresentação
09:45	Discussão sobre PMSB
10:15	Dinâmica de Grupo (“Painel”)
10:45	Apresentações dos GT’s e de Dados do Município
11:30	Debates e Discussões
11:30	Encerramento com Informes

Fonte: O Autor, 2015.

Na metodologia de execução escolhida os participantes serão divididos em 04 (quatro) grupos que receberá um envelope contendo uma imagem referente a um dos eixos de saneamento básico. Cada grupo terá o tempo de 30 minutos para discutir sobre o tema e colocar os problemas, faltas, dificuldades e necessidades referentes ao serviço na comunidade. Os grupos receberão uma folha de papel metro, canetas, pilotos, lápis de cera para que possam expressar suas opiniões livremente, desenhando, escrevendo, pintando, enfim, como a criatividade permitir.

Ao final do tempo, os grupos irão a frente apresentar os trabalhos e todos os demais podem interferir fornecendo mais informações a respeito do eixo discutido. Sendo assim, todos os participantes terão a chance de discutir sobre todos os eixos de saneamento: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

Lista de material necessário por oficina:

- 01 Data Show;
- 08 Pinceis atômico de cores variadas;
- Imagens de serviços de saneamento básico;
- Papel metro pardo ou branco.

7.3.1.2 Oficina de Validação do Diagnóstico e Construção dos Cenários

A oficina de prognóstico é a atividade para que a população, a partir do que foi definido no diagnóstico, de situação real dos serviços de saneamento, possa vislumbrar os cenários futuros e as perspectivas de intervenções projetadas para o curto, médio e longo prazo. Deve-se facilitar nesta atividade a condução dos trabalhos de modo que a população possa projetar o futuro de acordo com os cenários que interferem diretamente em investimentos na área de saneamento, quais sejam no aspecto político, econômico, ambiental entre outros.

Os participantes devem montar uma árvore que simboliza o processo de crescimento do município. Nas raízes devem ser identificados os problemas que os moradores identificaram em relação aos quatro eixos do saneamento básico. No caule, com o auxílio dos técnicos devem ser coladas as possíveis soluções para a resolução dos problemas levantados e nos frutos devem conter os resultados que a população deve encontrar na medida em que os serviços forem implementados, a curto, médio e longo prazo.

Após a memorização da dinâmica o mobilizador solicita dos participantes a indicação de um relator para montar a árvore do saneamento básico do município. A partir da raiz (problemas), caule (projeções/possibilidades), copa-folhas (imaginário), frutos (resultado/viável). Ao mobilizador caberá a condução

dinâmica de forma que haja a participação de todos os presentes, em conformidade com as demandas levantadas nas oficinas de diagnóstico. A cada etapa da montagem o (a) relator(a) provocará uma discussão sobre como está o município e como poderá ficar na perspectiva da implantação do PMSB. A duração prevista para a atividade é de 02 horas e meia, conforme Quadro 10.

Quadro 10: Programação da Oficina de Prognóstico e Construção de Cenários

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
09:30	Apresentação do Grupo.
09:45	Retomada dos Temas Abordados em Oficinas Anteriores.
10:15	Dinâmica de Grupo “Árvores de Forças”.
10:45	Apresentações dos GT’s e de Dados do Município.
11:30	Debates e Discussões.
12:00	Encerramento com Informes.

Fonte: O Autor, 2015

Lista de material necessário por oficina:

- 05 metros de papel pardo ou branco;
- 10 pinceis atômico coloridos;
- 20 folhas de ofício;
- 20 unidades de hidrocor;
- 02 tesouras.

7.3.1.3 Roda de Conversa

A Roda de Conversa se insere como espaço de articulação e de interação com o outro, em que as falas buscam complementar, concordar ou discordar com as anteriores. Assim, garante à população o acesso à informação e a participação no processo de formulação, planejamento, avaliação, fomentando o controle social. Esta foi pensada para que funcione como uma atividade intermediária entre a última oficina de diagnóstico e as etapas de consulta e audiência pública, a fim de manter o grau de mobilização construído nas etapas anteriores. Conforme Quadro 11.

Quadro 11: Programação da Roda de Conversa

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
08:30	Apresentação da Equipe Técnica e do Comitê de Coordenação
09:00	Apresentação do PMSB;
11:00	Diálogo em Circulo;
11:30	Aplicação do Questionário de Avaliação da Atividade;
11:45	Encerramento das Atividades e Informes.

Fonte: O Autor, 2015.

Para isso, se faz necessário ações que promovam a participação de setores estratégicos da sociedade, tais como: mobilizar o comitê de coordenação, convocar as secretárias de governo, os conselhos municipais de defesa de direitos, docentes da rede de ensino, líderes comunitários, sindicais e religiosos, coordenação do projeto, técnico de campo e os órgãos estaduais participantes do plano para estabelecer um diálogo que certifique a comunidade uma maior capacidade de debate e argumentação nas etapas subseqüentes a aprovação do projeto na câmara municipal de vereadores.

Para a realização da roda de conversa será estabelecido o tempo de 02 (duas) horas para apresentação do plano, 03 (três) minutos para falas e um 01(um) minuto para replicas dos demais participantes, numa perspectiva de um público alvo de 50 (cinquenta) pessoas.

Lista de material necessário para Roda de Conversa

- 01 Data Show;
- 50 Pastas;
- 100 Folhas de ofício;
- 50 Canetas (preta ou azul);
- 50 Folders PMSB;
- 60 Questionários avaliativos;

7.4 Acompanhamento e Aprovação dos Produtos com Consulta Pública

Entende-se que no processo de construção de planos, em geral, é necessário que todos os estudos sejam corroborados pelos cidadãos e beneficiários do produto final. Além disto, a Política Nacional de Saneamento em seu Art. 19 § 5 traz sobre a necessidade da consulta e audiência pública.

> "Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas".

Dessa forma após a conclusão dos estudos pertinentes, será elaborada uma versão preliminar do plano, a qual será disponibilizada para Consulta Pública. Os itens a seguir trazem o detalhamento destas atividades.

7.4.1 Consulta Pública

Ao final do desenvolvimento do Plano, o documento elaborado deve ser disponibilizado através do site oficial da Prefeitura para consulta pública. A ampla divulgação da disponibilidade do produto fará com que a população tenha acesso ao documento por tempo determinado e possa fazer críticas e sugestões que poderão ser incluídas no material final.

A disponibilização do produto final preliminar será feita por meio digital e físico, ao qual serão utilizados de espaços de fácil acesso como bibliotecas, secretarias municipais, câmara de vereadores, sindicatos para disponibilização em meio físico, e em relação ao material em formato digital deverão ser publicizados em sites oficiais da prefeitura, do consórcio portal do sertão e através de solicitação de envio por e-mail. Os locais sejam físicos ou digitais, em que ficarão os produtos serão previamente anunciados com um tempo para análise e acolhimento de sugestões de 15 a 30 dias.

7.4.2 Audiência Pública

A última etapa que marca o final das atividades de apoio à elaboração do Plano é a realização de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores do município. A audiência será o momento de apresentação oficial do documento ao município, ela é uma instância de discussão da Administração Pública com objetivo de validar todos os estudos e propostas indicadas no documento final.

É livre a entrada de qualquer participante e dos meios de comunicação, a sessão deve ser realizada em local acessível e em dias úteis. A convocação para a realização da audiência deve ser feita com antecedência, por meio de imprensa escrita e falada, assegurando a inserção em jornais de grande circulação. O Quadro 12 apresenta a programação da Audiência Pública.

Quadro 12: Programação da Audiência Pública

PROGRAMAÇÃO
Formação da Mesa Diretora
Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da Audiência Pública
Exposição do PMSB
Formulação e encaminhamentos das perguntas e sugestões
Leitura dos questionamentos e resposta
Encerramento com leitura resumida com as questões principais da Audiência

Fonte: O Autor, 2015.

7.5 Cronograma

O cronograma para a elaboração do Plano municipal de Saneamento Básico será de 12 meses, vide Quadro 13.

Quadro 13: Cronograma de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico

Etapas principais	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Formação do Grupo de Trabalho												
Plano de Mobilização												
Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo												
Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico												
Relatório dos Programas, Projetos e Ações												
Plano de Execução												
Relatório sobre Indicadores de Desempenho												
Sistema de Informações Municipais												
Minuta do Projeto de Lei												
Relatórios Mensais												
Relatório Final												

Fonte: O Autor, 2015.

8 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia M.;ANDRADE, Mariana C; MURIBECA, Galvani T.; Disponível em: http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VI-024.pdf Acesso em 03/03/2016.

Brasil, Instituto Trata. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/ Acessado em 17/01/2016.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília, 2004. 158 p.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH -3)/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

Brazil Filho, E. A. Ouvir, Traduzir e Transformar. O Papel das Ouvidorias em Ambientes Regulatórios. VIII Congresso Brasileiro de Regulação. 2ª ExpoABAR. Minas Gerais, 2013.

Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico] / Superintendência deEstudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012.v. 4.

FERNANDES, Rosa M.C; REIS, Patrícia L. A. Formação para o Controle Social da Política de Assistência Social: a experiência de um projeto de extensão em Porto Alegre. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/26_formacao_para_o....pdf Acesso em: 03.03.2016.

FUNASA. Termo de Referência de Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b_TR_PMSB_V2012.pdf Acesso em: 03.03.2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Tanquinho, Bahia – BA, Histórico.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292750&search=bahia|tanquinho|infograficos:-historico>. Acesso em: 18/11/2015.

População urbana x rural. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=29&cod2=290800&cod3=29&frm=urb_rur>. Acesso em: 17/11/2015.

MDS. **RI Detalhado dos Programas Sociais.** Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em: 17/11/2015.

9 ANEXOS

ANEXO I (FOLDER FRENTE E VERSO)

ANEXO II (BANNER)

ANEXO III (CONVITE CONFERÊNCIA)

ANEXO IV (CRACHÁ PARACONFERÊNCIA E OFICINAS)

ANEXO V (CERTIFICADO PARA CONFERÊNCIA)

Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico

Certificado

Certificamos que o Sr(a):_____,
participou da **Conferência Municipal de Saneamento Básico** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com carga horária de 4 horas.

Data:_____de_____ _____de_____.

Derivaldo Pinto Cerqueira
Presidente do Consórcio

Daniel Moreira de Oliveira Souza
Secretário Executivo do Consórcio

PORTAL DO SERTÃO embasa AGERSA BAHIA

ANEXO VI (LISTA DE PRESENÇA)

LISTA DE PRESENÇA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

PORTAL DO SERTÃO	Evento:		Técnico de Campo (*):	Atesto para os devidos fins a veracidade desta lista de presença.
	Município:		Técnico (*) de Mobilização:	
	Local:		Técnico de Comunicação:	Ass. da Coordenação Técnica:
	Data: / /	Horário:	Técnica de Administração:	

NOME	LOCALIDADE	TELEFONE	PROFISSÃO

ANEXO VII (MODELO RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO)
RELATÓRIO OFICINA – TANQUINHO

Data:	**Horário:**	**Local:**
Nº de Participantes:	**Técnico de Campo:**	**Técnica de Mobilização Social:**
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:		
ENCAMINHAMENTOS:		
ANEXOS (FOTOS DA OFICINA E LISTA DE PRESENÇA)		

ANEXO VIII (MODELO DO RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA)

RELATÓRIO
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE (NOME DO MUNICÍPIO)

Data:	**Início:** **Término:**	**Local:**
Nº de Participantes:	**Técnico responsável:**	**Técnica de Mobilização Social:**
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS		
Credenciamento:		
Mesa de abertura:		
Exibição de vídeo:		
Palestra		
Lanche e entrega de certificados:		
ANEXO I (02 a 04 fotos compactadas)		
ANEXO II (Lista de presença em formato de imagem)		

ANEXO IX (SPOT DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL)

PEÇA: SPOT

TEMPO: 1min

TÍTULO: CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LOCUÇÃO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUINHO E O CONSÓRCIO PÚBLICO PORTAL DO SERTÃO CONVIDA TODA A POPULAÇÃO PARA PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DESTE MUNICÍPIO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA xx DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS XX HORAS, NO XXXX.

VENHAM DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES À AGUA, ESGOTO, DRENAGEM PLUVIAL E RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.

A PREFEITURA DE TANQUINHO SABE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS VOCÊS.

PREFEITURA DE TANQUINHO.

ANEXO X (MODELO-ROTEIRO DO CERIMONIAL DA CONFERÊNCIA)

CONFERÊNCIA de Lançamento do
Plano Municipal de Saneamento Básico
De_____

CREDENCIAMETO – 08:30

Entrega de crachá, e assinatura da lista de presença

1° MOMENTO - Abertura– ACOLHIMENTO – 08:50

Bom dia a todos, é com muita satisfação que hoje o Governo Municipal de _____ e O Consorcio Publico Portal do Sertão agradece a participação de todos vocês na Conferência de Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de nosso município. Convênio esse celebrado entre a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS), Agência Reguladora de Saneamento do Estado da Bahia (AGERSA), e o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão. Em parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) e a Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (CERB).

2° MOMENTO – Formação da Mesa – 09:00

Neste momento convidamos as autoridades a fazer parte da mesa de abertura dos trabalhos:

Excelentíssimo Senhor
Prefeito:_____
Vice- Prefeito:
_____
_____
_____
_____
_____

Representante do Consorcio Público Portal do Sertão:

_____
_____
_____

3º MOMENTO – Pronunciamento – 09:10

_____
_____
_____
_____

Vamos ouvir o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Prefeito

_____

4º MOMENTO – Leitura e Assinatura do Decreto

5º MOMENTO – Apresentação do vídeo – 09:30

Convidamos a todos para assistir o Vídeo sobre Saneamento Básico

Vamos juntos discutir assuntos de infra-estrutura básica como: água, esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos de nosso município.

6º MOMENTO – Palestra – 10:30

Ouviremos agora a Palestra com o tema _____relacionado ao Saneamento Básico, que será realizado (a) por _____

7º MOMENTO – Participação da Plenária

Momento de envolver os participantes, que será conduzido pelo (a) palestrante, ou representante do Portal.

8º MOMENTO – Agradecimentos Finais – 11:00

Agradecemos mais uma vez a presença e a participação de todos, num projeto de grande importância para comunidade, que busca atender a necessidades atuais e das futuras gerações.

9º MOMENTO – Encerramento

Teremos agora a Entrega dos Certificados, acompanhado de um *coffee break.*

10º MOMENTO – Avisos

Agenda da próxima Oficina de Diagnostico

_____

_____

_____

_____

ANEXO XI (MODELO DO DECRETO)

Decreto Nº __/2015, de ___ de _____ de 2015.

Constitui o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de _____ e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE _____, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010.

RESOLVE:

Artigo 1º Constituir o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de _____, e cuja respectiva composição e atribuições são definidas a seguir.

Artigo 2º O Comitê de Coordenação é a instância consultiva responsável pela condução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes integrantes:

I – representantes do poder público:

a) **Nome do representante** – Setor que representa
b) **Nome do representante** – Setor que representa
c) **Nome do representante** – Setor que representa

II – representantes dos prestadores de serviços:

a) **Nome do representante** – Entidade que representa (ex.: prestador do serviço de abastecimento de água)

III– representantes de organização da sociedade civil:

a) **Nome do representante** – Entidade que representa
b) **Nome do representante** – Entidade que representa
c) **Nome do representante** – Entidade que representa

Artigo 3º O Comitê de Coordenação aqui constituído tem as seguintes atribuições:

8. Identificar as demandas locais referentes aos serviços de saneamento básico;

9. Promover em todo o município a divulgação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
10. Convocar a população da sede, distritos e povoados para a participação nas Oficinas, Audiências Públicas, Conferência Municipal e demais eventos relacionados ao Plano Municipal de Saneamento Básico;
11. Diligenciar e acompanhar as atividades locais a cargo do Município;
12. Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, podendo-se reunir independente da equipe técnica executora, quando julgar necessário;
13. Discutir e avaliar o trabalho produzido pela equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos do Plano Municipal de Saneamento Básico;
14. Realizar reuniões mensais e produzir atas, listas de presenças e imagens dos encontros para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Artigo 4º Fica o Sr. _____, da (_____), responsável pela coordenação do Comitê.

Artigo 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

Em ____ de _____de 2015.

NOME DO PREFEITO
Prefeito Municipal